

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 14h31min, foi realizada à Rua São
2 Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a **45ª Reunião Ordinária do**
3 **Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, com transmissão ao vivo via YouTube,
4 conforme a Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da**
5 **reunião: 1.** Comunicações Gerais; **2.** Apresentação PIU Arco Leste - Proposta preliminar:
6 perímetros de intervenção e características básicas da proposta. **1)** O Presidente Suplente, Sr.
7 José Armênio de Brito Cruz, iniciou a reunião às 14h31min, cumprimentando os presentes,
8 seguido das comunicações gerais, composta pelos informes sobre a promulgação da Lei nº
9 17.975/2023, seguido de debates; informe sobre a Consulta Pública do Largo do Arouche e
10 convite para a Audiência Pública Presencial do Projeto Ruas Abertas Liberdade, seguido de
11 debates; informe sobre o Processo Eleitoral para seleção de representantes da Sociedade Civil
12 para compor o CMPU no biênio 2023-2025, seguido de debate; em seguida, a Sra. Sec.
13 Executivo, Maria Gabriela Camollez Florio, informou ao Sr. Presidente Suplente, José Armênio
14 de Brito Cruz, que já havia quórum para início da reunião após meia hora da convocação,
15 esclarecendo que, antes da meia hora, seria necessária a maioria absoluta e, após esse prazo,
16 um terço dos representantes do conselho, registrando que naquele momento já estavam
17 presentes vinte e seis representantes; em sequência, com a palavra, o Sr. Presidente Suplente
18 agradeceu a informação e declarou o início dos trabalhos; na sequência, a Sra. Sec. Executivo
19 declarou aberta a 45ª reunião extraordinária do cmpu, cumprimentou a todos e registrou que
20 a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo pelo YouTube; em seguida, apresentou a
21 pauta do dia, composta pelas comunicações gerais e pela apresentação do piu arco leste,
22 proposta preliminar, perímetros de intervenção e características básicas da proposta; em
23 continuidade, no âmbito das comunicações gerais, informou como primeiro item a sanção da
24 lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, que dispõe sobre a revisão intermediária do plano diretor
25 estratégico, indagando ao Sr. Presidente se poderia iniciar a exposição item a item, ao que foi
26 autorizado o prosseguimento dessa forma; em seguida, com a palavra, o Sr. Conselheiro Titular
27 do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, Francisco João Moreirão de
28 Magalhães, cumprimentou a todos, pediu escusas pela interrupção e esclareceu tratar-se de
29 questão de ordem, informando que, à luz da lei nº 17.975, mencionada no início da reunião, e
30 conforme informado na reunião extraordinária anterior, a minuta da lei de zoneamento estaria
31 na mesa do Prefeito para envio à Câmara Municipal; em sequência, ressaltou que, de acordo
32 com o Estatuto da Cidade, a referida lei deve ser amplamente discutida, não apenas por este
33 conselho, mas também com a sociedade civil, manifestando estranhamento pelo fato de não
34 constar na pauta qualquer menção ao tema; em continuidade, destacou que a discussão sobre
35 a lei de zoneamento é questão prioritária e que deve haver programação específica de
36 consulta à sociedade, afirmando que não considera adequado o simples encaminhamento à
37 Câmara para deliberação sem o devido debate prévio; concluiu registrando formalmente sua
38 questão de ordem; em seguida, com a palavra, o Sr. Presidente Suplente, José Armênio de



39 Brito Cruz, indagou se poderiam dar continuidade aos trabalhos e solicitou à Sra. Sec.
40 Executivo que registrasse a questão de ordem apresentada; em sequência, esclareceu que a
41 questão de ordem levantada pelo Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães já vinha sendo
42 considerada, destacando que haverá, naturalmente, oportunidade neste conselho para
43 discussão do tema, conforme programação já sinalizada; em continuidade, afirmou que o
44 conselho já colocou suas condições para interpretação, estudo e resposta acerca da lei de
45 zoneamento, informando que desconhecia a informação de que a matéria estaria na mesa do
46 Prefeito, esclarecendo que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento recebeu, há
47 poucos dias, a devolução do material que havia sido encaminhado à Casa Civil antes da
48 votação da referida lei; em seguida, destacou que a Secretaria se encontra no início do
49 processo de discussão, ressaltando que estão em negociação os prazos, uma vez que o Poder
50 Legislativo estabeleceu prazo bastante exíguo para a discussão pública e para o recebimento
51 das diversas contribuições; em sequência, após interrupção técnica de áudio e restabelecida a
52 fala com auxílio da Sra. Sec. Executivo, reiterou que a Secretaria já vinha trabalhando a
53 questão antes mesmo da questão de ordem, especialmente no que se refere ao que foi
54 aprovado pela Câmara e à negociação dos prazos relativos ao zoneamento; em continuidade,
55 esclareceu que a resposta da Secretaria deverá incluir, como perspectiva, a escuta e a
56 contribuição tanto dos conselhos quanto de toda a sociedade, dentro do prazo que está sendo
57 negociado, informando não haver, naquele momento, definição final sobre esse prazo; por
58 fim, ressaltou que o prazo aprovado na lei é extremamente exíguo para a amplitude da
59 discussão necessária, mas que a Secretaria está em diálogo técnico para garantir parâmetros
60 adequados que possibilitem ouvir a sociedade e a cidade na elaboração da resposta ao
61 zoneamento em decorrência da lei; em seguida, com a palavra, o Sr. Presidente Suplente, José
62 Armênio de Brito Cruz, indagou se poderiam prosseguir e solicitou à Sra. Sec. Executivo que
63 registrasse a questão de ordem apresentada, esclarecendo que a questão levantada pelo Sr.
64 Francisco João Moreirão de Magalhães já vinha sendo considerada e que será naturalmente
65 abordada neste conselho em momento oportuno, conforme programação já indicada; em
66 sequência, informou que o conselho já estabeleceu suas condições para a interpretação,
67 estudo e elaboração da resposta referente à lei de zoneamento, esclarecendo que desconhecia
68 a informação de que a matéria estaria na mesa do Prefeito, registrando que a Secretaria
69 Municipal de Urbanismo e Licenciamento recebeu recentemente a devolução do material
70 encaminhado à Casa Civil antes da votação da lei; em continuidade, afirmou que a Secretaria
71 está iniciando o processo de discussão e negociação de prazos, uma vez que o Poder
72 Legislativo estabeleceu prazo bastante exíguo para a discussão pública e para o recebimento
73 das contribuições; em seguida, após interrupção técnica de áudio e restabelecida a fala com
74 apoio da Sra. Sec. Executivo, reiterou que a Secretaria já vinha trabalhando a questão antes
75 mesmo da apresentação da questão de ordem, especialmente quanto ao que foi aprovado
76 pela Câmara e à negociação dos prazos do zoneamento; em sequência, destacou que a
77 resposta da Secretaria deverá incluir a escuta e a contribuição tanto dos conselhos quanto da
78 sociedade em geral, dentro do prazo que está sendo negociado, informando não haver,
79 naquele momento, definição final; em continuidade, ressaltou que o prazo previsto na lei é
80 extremamente exíguo, mas que a Secretaria está negociando e apresentando parâmetros



81 técnicos para viabilizar a escuta da cidade; em seguida, registrou que a lei foi aprovada por
82 ampla maioria da Câmara Municipal e que se busca uma resposta de zoneamento capaz de
83 qualificar a cidade de forma democrática; em sequência, informou como comunicação geral a
84 sanção da lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, sancionada há poucos dias, esclarecendo que a
85 versão final está em fase de estudo; em continuidade, relatou que o Executivo encaminhou
86 onze projetos de lei à Câmara, dentre eles o projeto de revisão do zoneamento, reconhecido
87 pelo Ministério Público e pela sociedade em razão do processo participativo adotado; em
88 seguida, explicou que a Câmara realizou seu próprio processo participativo, promoveu
89 audiências públicas e apresentou projeto substitutivo, que passou por alterações até uma
90 segunda versão, na qual foi possibilitada a apresentação de sugestões de vetos e sanções ao
91 Prefeito; em sequência, informou que a SMUL, com contribuições do cmpu, apresentou
92 sugestões, sendo grande parte delas acolhida, ainda que não em sua totalidade, destacando
93 que a lei foi novamente aprovada por grande maioria; em continuidade, afirmou que a lei
94 aprovada passa a orientar sua regulamentação e os encaminhamentos relativos ao
95 zoneamento, informando que já estão sendo estruturados os processos participativos, com
96 reuniões internas realizadas para definição da metodologia e dimensionamento de prazos,
97 atualmente em negociação no âmbito da Prefeitura, da Casa Civil e do Gabinete; em seguida,
98 esclareceu que o texto aprovado incorporou disposições oriundas do processo participativo
99 legislativo e promoveu alterações em relação ao projeto do Executivo, destacando como
100 principais mudanças o tratamento do regime jurídico da Habitação de Interesse Social, com
101 enfrentamento de diversos artigos nesse sentido, a inclusão da locação social, considerada
102 positiva para o enfrentamento do déficit habitacional, alterações relacionadas à ativação dos
103 eixos, aos coeficientes de HIS 1 e HIS 2, ao aumento de destinação mínima e a incentivos
104 construtivos, reafirmando a priorização da política habitacional; em sequência, mencionou a
105 preocupação permanente da Secretaria com a destinação de HIS, inclusive no contexto das
106 discussões em curso junto ao Ministério Público, ressaltando o compromisso da Prefeitura com
107 o cumprimento dos objetivos da política habitacional; em continuidade, informou ainda a
108 instituição de cota de solidariedade opcional, alterações no fundurb, ajustes no direito de
109 protocolo e disposições relativas a complexos de saúde, esclarecendo que todas as
110 informações estão disponíveis aos conselheiros; em seguida, afirmou que o Executivo ainda
111 está analisando e avaliando os impactos dessas alterações no zoneamento, com o objetivo de
112 elaborar uma lei que agregue valor à cidade; em continuidade, esclareceu que já existia
113 proposta anterior de zoneamento, devolvida à SMUL por considerar cenários anteriores, sendo
114 necessária sua revisão em razão das diferenças entre o texto aprovado e o projeto
115 originalmente encaminhado pelo Executivo; por fim, registrou que ainda não há datas
116 definidas, mas que, sob orientação do Secretário e do Prefeito, a Prefeitura está em diálogo
117 com a Casa Civil e com a Câmara para viabilizar prazo adequado e processo participativo
118 amplo, que permita ouvir a cidade em suas diversas regiões, colocando-se à disposição para
119 esclarecimentos adicionais; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria Gabriela
120 Camollez Florio, agradeceu ao Sr. Presidente Suplente e informou a existência de inscrições
121 para manifestação, registrando inicialmente duas solicitações, passando a palavra à
122 Conselheira Estela, que havia levantado a mão, e, na sequência, ao Conselheiro Mauro; em



123 continuidade, informou que o Conselheiro Daniel também havia solicitado inscrição,
124 registrando o pedido; em sequência, mencionou nova solicitação de fala da Conselheira Ana
125 Paula, representante do Conselho Participativo Municipal, esclarecendo que todas as
126 inscrições seriam devidamente registradas; por fim, reiterou o agradecimento ao Presidente e
127 esclareceu que as novas inscrições seriam anotadas à medida que fossem sendo apresentadas;
128 em seguida, com a palavra, a Sra. Conselheira Titular do Conselho Participativo Municipal da
129 Macrorregião Centro, Estela de Camargo Dalt, esclareceu inicialmente que não se tratava de
130 perguntas objetivas, mas de manifestação, registrando também intenção de realizar
131 questionamento quando do anúncio do próximo item de pauta; em sequência, manifestou-se
132 acerca do processo de discussão, aprovação e sanção da lei, mencionando os vetos e a
133 ausência de veto em determinado dispositivo, destacando especialmente o artigo que
134 estabelece prazo de quinze dias para o envio da revisão da lei de parcelamento, uso e
135 ocupação do solo, avaliando como negativa a manutenção desse dispositivo; em continuidade,
136 afirmou que, a seu ver, a lei desvirtuou completamente o processo construído ao longo de
137 aproximadamente dois anos no âmbito deste conselho, expressando frustração quanto à
138 desconsideração dos aspectos técnicos em detrimento de encaminhamentos de natureza
139 política; em sequência, declarou entendimento de que a norma aprovada não atende aos
140 interesses da sociedade, não contribui para a melhoria ou direcionamento adequado do
141 crescimento urbano e tende a agravar os problemas existentes na cidade; em continuidade,
142 afirmou não vislumbrar motivos para comemoração, defendendo, inclusive, a possibilidade de
143 enfrentamento judicial da matéria, com eventual apoio do Ministério Público, sob o
144 argumento de que a lei não contemplaria adequadamente a participação social; em seguida,
145 criticou o processo de audiências públicas, sustentando que estas não se refletiram no texto
146 final aprovado, mencionando a existência de comparativos amplamente divulgados que
147 evidenciariam alterações substanciais promovidas pelo substitutivo em relação à proposta
148 original, à exceção de poucos artigos; por fim, registrou sentimento de tristeza e desestímulo à
149 participação social, reiterando que, em sua avaliação, a questão técnica foi esvaziada e que a
150 cidade não se beneficiará com os resultados da legislação aprovada, agradecendo a
151 oportunidade de manifestação ; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria
152 Gabriela Camollez Florio, agradeceu a manifestação da Conselheira Estela de Camargo Dalt e,
153 em continuidade, informou o prosseguimento da ordem de inscrições, anunciando o próximo
154 inscrito, o Sr. Mauro Caliarí, cumprimentando-o e concedendo-lhe a palavra para
155 manifestação; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria Gabriela Camollez
156 Florio, agradeceu a manifestação anterior e anunciou o prosseguimento da ordem de inscritos,
157 concedendo a palavra ao Sr. Conselheiro Titular da CMTT, Mauro Sérgio Calliari, a quem
158 cumprimentou; em sequência, o Sr. Conselheiro cumprimentou a todos e confirmou que
159 estava sendo ouvido, agradecendo ao Sr. Presidente Suplente, José Armênio de Brito Cruz; em
160 continuidade, esclareceu que, na reunião anterior, a coordenação dos trabalhos informou
161 expressamente que o projeto de lei de zoneamento já estaria na mesa do Prefeito para
162 encaminhamento à Câmara Municipal, mesmo havendo apontamentos de que o texto deveria
163 sofrer alterações, ressaltando que tal informação consta de forma literal na ata da referida
164 reunião; em seguida, destacou a importância de se verificar o registro oficial, uma vez que não



165 se tratou de comentário informal, mas de afirmação expressa, ponderando que tal
166 esclarecimento é relevante inclusive para afastar interpretações equivocadas decorrentes da
167 ausência do Presidente naquela ocasião; em sequência, questionou como poderia ser
168 encaminhada proposta de zoneamento sem a devida consideração das alterações promovidas
169 no Plano Diretor Estratégico, ressaltando que, à época, foi reiterado que o texto estaria
170 pronto; em continuidade, levantou questionamento relacionado ao prazo exíguo aceito para a
171 discussão e o envio de proposta de zoneamento diante das profundas modificações
172 introduzidas pela nova lei; em sequência, trouxe terceira questão, referente à divulgação de
173 novos dados demográficos do censo após a aprovação do Plano Diretor, informando que as
174 projeções de crescimento populacional inicialmente previstas não se confirmaram; em
175 continuidade, questionou se a Prefeitura pretende considerar esses novos dados na revisão do
176 zoneamento, sugerindo que seja realizada análise à luz das informações atualizadas,
177 especialmente para avaliar o adensamento efetivamente ocorrido em comparação com o que
178 havia sido previsto; por fim, agradeceu a atenção; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec.
179 Executivo, Maria Gabriela Camollez Florio, agradeceu a manifestação do Sr. Mauro Sérgio
180 Calliari e, em complemento, esclareceu que a referência feita por ele dizia respeito à última
181 reunião, presidida pela Chefe de Gabinete, Sra. Maria José, a qual informou acerca da minuta
182 do projeto de lei que havia sido encaminhada anteriormente à sanção do Plano Diretor
183 Estratégico, destacando que tal minuta já havia sido apresentada ao cmpu e encaminhada
184 antes da sanção do PDE, ocorrida no sábado, conforme informado pelo Sr. Presidente; em
185 sequência, agradeceu novamente ao Sr. Mauro e informou o prosseguimento da ordem de
186 inscrições, anunciando o próximo inscrito, o Sr. Daniel, a quem cumprimentou e concedeu a
187 palavra; em seguida, com a palavra, o Sr. Conselheiro Titular da UNINOVE/FAU-MACK, Daniel
188 Todtmann Montandon, cumprimentou os presentes e o Sr. Presidente Suplente, José Armênio
189 de Brito Cruz; em sequência, reforçou que a manifestação anteriormente apresentada pelo Sr.
190 Francisco João Moreirão de Magalhães não se tratou de força de expressão, registrando
191 agradecimento ao Sr. Mauro Sérgio Calliari pelo reforço e à Sra. Sec. Executivo pelos
192 esclarecimentos prestados, reiterando que, na última reunião, foi informado que a minuta de
193 revisão do zoneamento estaria sendo encaminhada do Gabinete do Prefeito para a Câmara
194 Municipal, e não do Gabinete para a SMUL; em continuidade, registrou que já havia se
195 manifestado anteriormente acerca da participação da SMUL, conforme consta em ata,
196 dispensando nova explanação sobre o tema; em sequência, formulou questionamento ao Sr.
197 Presidente Suplente no sentido de compreender, dentro de um contexto avaliado como
198 negativo por diversos membros do cmpu quanto à forma de consolidação da revisão do Plano
199 Diretor Estratégico, se a informação acerca da proposta de realização de processo participativo
200 para a revisão da lei de zoneamento representa efetivamente um avanço; em continuidade,
201 esclareceu seu entendimento de que a SMUL estaria planejando uma revisão participativa da
202 referida lei, a qual não se realizaria no prazo de quinze dias, e questionou, por fim, de que
203 forma está sendo prevista a participação do cmpu nesse processo, agradecendo a atenção; em
204 seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria Gabriela Camollez Florio, agradeceu a
205 manifestação do Sr. Daniel Todtmann Montandon e informou o prosseguimento da ordem de
206 inscrições, anunciando a próxima inscrita, a Sra. Conselheira Titular do Conselho Participativo



207 Municipal da Macrorregião Oeste, Ana Paula Lima, a quem cumprimentou; em sequência, com
208 a palavra, a Sra. Conselheira cumprimentou os presentes e formulou questionamento a
209 respeito do veto realizado pelo Prefeito, especificamente quanto ao item referente aos dados
210 das pessoas adquirentes de imóveis de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado
211 Popular; em continuidade, indagou como a Secretaria pretende tratar a situação,
212 mencionando a existência de casos observados de adquirentes que possuem múltiplos imóveis
213 e, ainda assim, adquiriram unidades classificadas como HMP, possivelmente fora da faixa de
214 renda correspondente; em sequência, afirmou que compreendia o controle dos dados dos
215 adquirentes como instrumento relevante para assegurar que as unidades de HIS e HMP sejam
216 destinadas efetivamente ao público-alvo, considerando os incentivos concedidos às
217 incorporadoras nesses empreendimentos; por fim, manifestou não compreender as razões do
218 veto a esse dispositivo e solicitou esclarecimentos acerca dos fundamentos que motivaram a
219 exclusão do controle dos dados dos adquirentes ; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec.
220 Executivo, Maria Gabriela Camollez Florio, agradeceu a manifestação da Conselheira Ana Paula
221 Lima e informou o prosseguimento da ordem de inscrições, anunciando o Sr. José Zildo de
222 Almeida Silva; em sequência, com a palavra, o Sr. Conselheiro Titular do Conselho Participativo
223 Municipal da Macrorregião Leste 2 cumprimentou o Sr. Presidente Suplente e a Secretaria,
224 formulando questionamento acerca da participação das subprefeituras da zona leste no
225 projeto do arco leste, indagando se haverá espaço para voz, participação e contribuições,
226 especialmente diante das deficiências de infraestrutura e mobilidade da região; em
227 continuidade, ressaltou a importância de que a discussão contemple a questão da Habitação
228 de Interesse Social e o enfrentamento do déficit habitacional, bem como a mobilidade urbana,
229 solicitando esclarecimentos sobre a realização de audiências com as subprefeituras de
230 Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim Paulista e Penha, a fim de possibilitar a contribuição da
231 população local; em seguida, a Sra. Sec. Executivo agradeceu a manifestação e esclareceu que
232 o tema poderá ser melhor detalhado no próximo item de pauta, referente à apresentação do
233 piu arco leste, registrando ainda o próximo inscrito, o Sr. Fábio, representante do Conselho
234 Participativo Municipal da Sé; em sequência, com a palavra, o Sr. Fábio cumprimentou os
235 presentes, registrou tratar-se de sua primeira participação após recente eleição como suplente
236 da Macrorregião Centro, apresentou-se como coordenador do conselho participativo da Sé e
237 membro titular da CPPUE, agradecendo a acolhida recebida na reunião anterior; em
238 continuidade, formulou questionamentos relacionados à revisão do Plano Diretor Estratégico,
239 indagando se haverá, no âmbito do cmpu, apresentação pública das razões técnicas dos vetos
240 realizados, considerando relevante o esclarecimento do posicionamento da Secretaria e do
241 Prefeito quanto às alterações promovidas pela Câmara Municipal; em sequência, questionou
242 especificamente se haverá devolutiva pública acerca do projeto de lei nº 127/2023, bem como
243 esclarecimentos sobre a condução da revisão da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo;
244 em continuidade, indagou sobre o calendário do processo participativo, questionando se a
245 minuta do projeto de lei já se encontra pronta e, em caso afirmativo, por que não proceder
246 desde já à sua divulgação pública, não apenas ao cmpu, mas a toda a população, agradecendo
247 ao final a oportunidade de manifestação; em seguida, com a palavra, o Sr. Presidente
248 Suplente, José Armênio de Brito Cruz, agradeceu à Sra. Sec. Executivo e informou que passaria



249 a responder, na medida do possível, às manifestações realizadas, iniciando pela fala do Sr.
250 Fábio, conselheiro do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Centro, esclarecendo
251 que a negociação de prazos tem como objetivo viabilizar um processo participativo amplo para
252 a discussão do zoneamento, afirmando que as razões técnicas e jurídicas dos vetos realizados
253 pelo Prefeito foram objeto de processo intensivo de análise no âmbito da SMUL, em
254 articulação com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de
255 Habitação, com o objetivo de subsidiar o Chefe do Executivo, ressaltando que as questões
256 vetadas serão discutidas no processo de zoneamento e que está prevista a realização de
257 reunião específica, possivelmente extraordinária, para tratar do tema no cmpu, condicionada,
258 contudo, à definição dos prazos em negociação; em sequência, esclareceu que não existe
259 minuta pronta de revisão, uma vez que a lei foi sancionada no sábado anterior e a equipe
260 técnica da SMUL encontra-se analisando os impactos das alterações aprovadas, inclusive no
261 que se refere ao alargamento dos eixos e seus efeitos nas diferentes regiões da cidade,
262 afirmando que o prazo de quinze dias previsto na lei é inviável para discussão adequada e que
263 estão sendo avaliados cenários distintos conforme o prazo que venha a ser pactuado,
264 reiterando que, no momento, não há definição final nem minuta concluída; em continuidade,
265 respondeu à manifestação do Sr. José Zildo de Almeida Silva, afirmando que se inicia naquele
266 momento o processo de discussão do piu arco leste, ressaltando a importância fundamental
267 da participação das regiões envolvidas, destacando tratar-se de um dos últimos plus da
268 macrozona de estruturação metropolitana e recordando que a implementação do plano
269 diretor aprovado em 2014 vem sendo conduzida pelas gestões subsequentes, ressaltando a
270 centralidade do processo participativo e representativo como premissa democrática da gestão;
271 em sequência, afirmou que o crescimento urbano observado decorre das diretrizes
272 estabelecidas no plano diretor de 2014 e no zoneamento de 2016, esclarecendo que a atual
273 gestão atua na implementação dessas normas e que a revisão em curso representa nova
274 oportunidade de aprimoramento, ressaltando que tanto o Executivo quanto a Câmara
275 realizaram processos participativos e que a decisão legislativa resulta de deliberação
276 democrática de representantes eleitos; em continuidade, esclareceu aos Srs. Mauro Sérgio
277 Calliari e Daniel Todtmann Montandon que a minuta de zoneamento mencionada na reunião
278 anterior foi efetivamente encaminhada à Casa Civil pela SMUL, sendo coerente com o processo
279 participativo de 2019 e com a proposta do Executivo, esclarecendo que a referência à “mesa
280 do Prefeito” pode ser compreendida como Casa Civil, não havendo incorreção na informação
281 prestada anteriormente; em sequência, respondeu à manifestação da Sra. Ana Paula Lima
282 acerca do veto relacionado aos dados de adquirentes de HIS e HMP, informando que
283 verificaria o dispositivo específico, mas adiantando que a preocupação central da Prefeitura foi
284 resguardar a responsabilidade do Poder Público diante da ação movida pelo Ministério
285 Público, afirmando que a política habitacional, ao conceder incentivos e outorga zero para HIS,
286 implica responsabilidade direta do Município no enfrentamento do déficit habitacional,
287 ressaltando que a Prefeitura já prestou extensos esclarecimentos ao Ministério Público,
288 inclusive com a entrega de milhares de alvarás, envolvendo aproximadamente cem mil
289 unidades habitacionais, reafirmando que a atuação municipal está alinhada ao fortalecimento
290 da política habitacional e ao interesse público; por fim, agradeceu as contribuições



291 apresentadas, pediu escusas por eventual equívoco de interpretação anterior, reafirmou que a
292 discussão do zoneamento representa nova oportunidade de aprimorar o plano diretor e a
293 cidade, com foco em justiça social e democracia, colocando a SMUL à disposição para o diálogo
294 contínuo com todos os conselheiros; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria
295 Gabriela Camollez Florio, agradeceu ao Sr. Presidente Suplente e registrou que a Sra. Ana
296 Paula havia identificado no chat o dispositivo mencionado, especificamente o inciso II do
297 quadro terceiro, informando que o apontamento estava devidamente registrado e que faria a
298 verificação ainda durante a reunião, comprometendo-se a prestar os esclarecimentos à
299 Conselheira, pedindo escusas por não tê-la identificado de imediato; em sequência, agradeceu
300 novamente e informou que a Sra. Patrícia Saran também faria uso da palavra; em
301 continuidade, com a palavra, a Sra. Patrícia Saran, representante da SMUL, cumprimentou os
302 presentes e, em complemento às falas anteriores, destacou que o desenvolvimento do
303 processo de participação social se dará conjuntamente à revisão da lei de zoneamento,
304 ressaltando que o prazo estipulado na revisão do plano diretor é tecnicamente inexecutável; em
305 sequência, informou que há tratativas em curso no âmbito da alta administração para a
306 ampliação desse prazo, esclarecendo que o formato, a qualidade e a extensão do processo
307 participativo dependerão diretamente da definição desses prazos; em continuidade, afirmou
308 que a intenção da equipe é promover uma discussão ampla com a cidade como um todo,
309 assegurando capacidade de comunicação digital acessível, com utilização de plataformas
310 eletrônicas, site específico e recursos de acessibilidade comunicacional, bem como ampliação
311 de ferramentas tecnológicas para o diálogo social; em seguida, ressaltou que, conforme
312 mencionado pelo Sr. Presidente Suplente, existe a possibilidade de realização de reunião
313 extraordinária do cmpu, inclusive com eventual definição de data ainda no curso da presente
314 reunião, para apresentação e discussão das questões relacionadas à lei nº 17.975; por fim,
315 esclareceu que o processo participativo encontra-se em fase de estudo e planejamento,
316 reiterando que sua qualidade e abrangência estão diretamente condicionadas aos prazos que
317 vierem a ser estabelecidos; em seguida, com a palavra, o Sr. Presidente Suplente, José
318 Armênio de Brito Cruz, concordou com a colocação apresentada pela Sra. Patrícia Saran e
319 ponderou que, diante da inexistência de resposta definitiva quanto à proposta de processo
320 participativo, seria prematuro definir naquele momento data para reunião extraordinária,
321 esclarecendo que eventual reunião teria por objeto a lei do plano diretor já sancionada, e não
322 especificamente a lei de zoneamento; em sequência, a Sra. Sec. Executivo, Maria Gabriela
323 Camollez Florio, informou o prosseguimento das comunicações gerais, registrando como
324 informe a consulta pública referente ao Largo do Arouche, comunicando que foi encaminhado
325 e-mail aos conselheiros com as informações correspondentes; em continuidade, registrou
326 também o convite para a audiência pública presencial do projeto Ruas Abertas Liberdade,
327 igualmente encaminhado por e-mail aos conselheiros na mesma semana; em sequência, o Sr.
328 Presidente Suplente sugeriu tratar ambos os informes de forma conjunta, por se tratarem de
329 processos semelhantes, sendo acolhida a sugestão; em continuidade, com a palavra, o Sr.
330 Presidente destacou que ambos os temas já se encontram publicados e configuram pedido de
331 colaboração, ressaltando que, embora se refiram a regiões distintas, aguardam contribuições
332 da sociedade e dos conselheiros; em seguida, discorreu sobre o processo do Largo do Arouche,



333 lembrando que, em gestões anteriores, foram realizadas intervenções no local que suscitaram
334 críticas e inclusive questionamentos do Ministério Público, afirmando que, diante da
335 importância da região e da constante procura de grupos e atores interessados em colaborar, a
336 abertura de consulta pública constitui medida de gestão democrática da cidade; em
337 continuidade, afirmou que a diretriz da Secretaria, sob a orientação do Secretário Marcos
338 Gadelha, é promover ampla escuta da população tanto em relação ao Largo do Arouche
339 quanto às Ruas da Liberdade; em sequência, ressaltou que o Largo do Arouche é ponto central
340 e sensível da cidade, frequentado por diversos grupos, constituindo oportunidade para
341 construção coletiva de soluções a partir da escuta de comerciantes, entidades culturais, grupos
342 sociais, moradores e usuários em geral, destacando o caráter plural do espaço e a relevância
343 das contribuições; em continuidade, afirmou que processo semelhante se aplica ao projeto
344 Ruas Abertas Liberdade, cujo estudo inicial foi desenvolvido internamente pela SMUL,
345 destacando tratar-se de vias com intenso fluxo de pedestres, o que representa característica
346 essencial da cidade de São Paulo; em sequência, destacou a relevância comercial, cultural e
347 simbólica da região da Liberdade, de alcance metropolitano e nacional, ressaltando que as
348 contribuições relativas a ambos os projetos serão fundamentais para subsidiar diagnósticos
349 consistentes e decisões futuras; por fim, afirmou que se tratam de projetos prioritários e
350 relevantes para a Secretaria, reiterando o convite à participação de todos os interessados e
351 agradecendo à Sra. Sec. Executivo pelo apoio na condução dos trabalhos; em seguida, com a
352 palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria Gabriela Camollez Florio, informou que a Sra. Viviane
353 Manzione Rubio havia solicitado a palavra, concedendo-lhe a manifestação; em sequência,
354 com a palavra, a Sra. Conselheira Titular representante das Entidades Acadêmicas e de
355 Pesquisa 1, Viviane Manzione Rubio, registrou que, antes do prosseguimento para nova
356 apresentação, reiteraria questionamento já formulado na reunião anterior, referente à revisão
357 do regimento interno do conselho; em continuidade, ressaltou que o processo eleitoral para a
358 próxima gestão do cmpu foi iniciado sem que o regimento interno tivesse sido revisado,
359 destacando que o regimento vigente data de 2003, possuindo, portanto, mais de vinte anos,
360 ponderando que, mesmo diante da revisão intermediária do plano diretor estratégico, a
361 atualização do regimento interno ainda não foi concluída, o que considera de extrema
362 relevância; em sequência, afirmou que a questão deveria ter sido apresentada como questão
363 de ordem; por fim, formulou questionamento adicional, de cunho esclarecedor, indagando
364 acerca da ausência do Secretário Marcos Gadelha nas reuniões do conselho, agradecendo a
365 oportunidade de manifestação ; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria
366 Gabriela Camollez Florio, agradeceu a manifestação da Sra. Viviane Manzione Rubio e, em
367 complemento, esclareceu que a revisão do regimento interno está sendo retomada,
368 informando que o tema vem sendo tratado internamente com o Gabinete, uma vez que as
369 reuniões anteriores da comissão haviam sido interrompidas, mas que as propostas recebidas
370 estão em fase de consolidação, com a intenção de agendar, o mais breve possível, novas
371 reuniões da comissão interna para dar continuidade efetiva ao processo de revisão do
372 regimento interno, registrando esse como o status atual dos trabalhos; em sequência, passou
373 a palavra ao próximo inscrito, o Sr. Mauro Sérgio Calliari; em continuidade, com a palavra, o Sr.
374 Conselheiro Titular da CMTT saudou os informes apresentados pelo Sr. Presidente Suplente,



375 manifestando apoio à consulta pública relativa ao programa Ruas Abertas Liberdade,
376 informando que no âmbito do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte existe câmara
377 temática de mobilidade a pé que havia apresentado pleito semelhante à Secretaria Municipal
378 de Transportes, visando ao fechamento da Rua Galvão Bueno aos domingos em razão do
379 excesso de veículos; em sequência, registrou que a apresentação realizada no referido
380 conselho foi positiva, destacando a contribuição técnica apresentada, ressaltando, contudo,
381 que identificou gargalos operacionais que demandariam maior atuação da CET, uma vez que a
382 proposta inicial previa o fechamento de uma via e acabou envolvendo um conjunto maior de
383 ruas; em continuidade, alertou que o programa Ruas Abertas encontra-se atualmente
384 paralisado, com exceção da Avenida Paulista, esclarecendo que, embora o programa Ruas de
385 Lazer permaneça ativo, seu alcance é reduzido, enfatizando que a retomada do Ruas Abertas
386 representa oportunidade relevante para ampliação de áreas de lazer e convivência urbana,
387 especialmente aos fins de semana; em sequência, ao tratar do Largo do Arouche, questionou
388 se o Conselho não estaria diante da necessidade de refletir criticamente sobre processos
389 anteriores conduzidos de forma acelerada, mencionando intervenções realizadas em gestões
390 passadas sem ampla discussão com a população, ponderando que a realização de nova
391 consulta pública para área recentemente reformada suscita reflexão sobre os resultados
392 efetivos das intervenções anteriores; por fim, questionou se não seria oportuno avaliar de
393 forma mais aprofundada o legado das ações realizadas anteriormente no local, considerando o
394 volume de divulgação institucional ocorrido à época, agradecendo a oportunidade de
395 manifestação; em seguida, com a palavra, a Sra. Sec. Executivo, Maria Gabriela Camollez
396 Florio, agradeceu a manifestação do Sr. Mauro Sérgio Calliari e informou que o próximo
397 inscrito seria o Sr. Fábio, consultor do Conselho Participativo Municipal da Sé, indagando ao Sr.
398 Presidente Suplente se desejaria responder naquele momento, ao que foi orientado o
399 prosseguimento das falas; em sequência, com a palavra, o Sr. Fábio agradeceu e esclareceu
400 que, na condição de conselheiro da Sé, conhece a dinâmica da região, destacando a existência
401 do programa Ruas Abertas na Avenida Paulista e a previsão de implantação de novas vias na
402 região da Liberdade, registrando que o tema foi pautado em reunião extraordinária do
403 conselho participativo, ainda que sem tempo suficiente para debate aprofundado,
404 parabenizando a iniciativa de escuta da população; em continuidade, afirmou que, embora
405 não conheça a região da Liberdade com a mesma profundidade de outros distritos da Sé,
406 houve tentativa de incorporar a perspectiva dos moradores e dos conselhos distritais,
407 manifestando expectativa positiva quanto à audiência pública; em sequência, formulou
408 questionamento específico sobre o Largo do Arouche, observando que o questionário da
409 consulta pública apresenta diversas perguntas relativas à percepção da população sobre
410 segurança, vegetação, urbanização, inclusão e acessibilidade, indagando se já existe projeto
411 definido ou em elaboração para o local, ainda que em escala preliminar, ou se o objetivo da
412 consulta é exclusivamente coletar informações para subsidiar a construção de um programa
413 de necessidades; em continuidade, questionou se há intenção urbanística já delineada ou se o
414 processo se encontra em fase inicial de levantamento de dados, ponderando sobre a
415 complexidade metodológica de converter instrumentos de comunicação, como questionários,
416 em instrumentos técnicos de desenho urbano, destacando que nem sempre as percepções



417 coletadas se traduzem de forma direta em soluções projetuais; por fim, agradeceu a
418 oportunidade de manifestação e os esclarecimentos; em continuidade, a Sra. Sec. Executiva,
419 Maria Gabriela Camollez Florio, agradeceu a manifestação do Sr. Fábio e anunciou a última
420 inscrita, Sra. Angeli Franco Nobre, representante do Conselho Participativo Municipal da
421 Macrorregião Sul 2; com a palavra, a conselheira cumprimentou os presentes e relatou que,
422 embora resida no extremo sul do município, recebeu com satisfação o e-mail referente à
423 consulta pública do programa Ruas Abertas na região da Liberdade, manifestando, contudo,
424 preocupação quanto ao conhecimento e envolvimento da população local; esclareceu que não
425 possui familiaridade com todas as vias abrangidas pela proposta, conhecendo principalmente
426 as áreas próximas ao metrô e ao comércio local, observando que, conforme os mapas
427 divulgados, a iniciativa envolve o fechamento de cinco ruas, o que lhe parece significativo;
428 questionou se a proposta atende prioritariamente ao comércio, à população em situação de
429 rua ou aos moradores da região, e se estes últimos estão devidamente informados sobre as
430 mudanças previstas; destacou a existência de edificações residenciais antigas na região central
431 e expressou preocupação quanto à viabilidade de circulação dos moradores, especialmente
432 em situações de emergência, como o acesso de ambulâncias e a possibilidade de entrada e
433 saída de veículos; indagou se haverá definição de horários ou regras específicas que permitam
434 a mobilidade dos residentes e garantam atendimento emergencial; mencionou, ainda, a
435 dinâmica comercial e cultural da região, como feiras e comércio típico realizados em vias
436 públicas, reconhecendo o valor dessas iniciativas, mas reforçando a necessidade de
437 compatibilizá-las com a rotina e as necessidades dos moradores; por fim, enfatizou a
438 importância de uma ampla divulgação e de mecanismos de consulta que alcancem
439 efetivamente a população residente, inclusive por meio de responsáveis ou representantes por
440 edifício ou trecho, de modo a assegurar que as demandas locais sejam devidamente
441 consideradas, agradecendo a oportunidade de manifestação; em seguida, a Sra. Secretária
442 Executiva, Maria Gabriela Camollez Florio, informou que não havia mais inscritos para
443 manifestação naquele momento e passou a palavra ao Presidente Suplente, Sr. José Armenio
444 de Brito Cruz; este iniciou sua fala solicitando a identificação da primeira conselheira que havia
445 se manifestado anteriormente, sendo informado tratar-se da Sra. Viviane; na sequência, o
446 presidente agradeceu as contribuições apresentadas, em especial as dos conselheiros Mauro e
447 Fábio, destacando a relevância da experiência e do acúmulo técnico desses participantes,
448 sobretudo no tema da mobilidade a pé, e convidando-os a colaborar mais diretamente com a
449 Secretaria no aprimoramento das propostas em discussão; ressaltou que os processos
450 participativos em curso, como as consultas públicas sobre o Largo do Arouche e as Ruas
451 Abertas da Liberdade, representam uma oportunidade de superar práticas anteriores
452 consideradas açodadas ou pouco dialogadas, enfatizando a importância de ouvir amplamente
453 a população para alcançar maior qualidade urbana; esclareceu que, no momento, não existe
454 projeto urbanístico definido para nenhuma das áreas mencionadas, estando a Secretaria em
455 fase de escuta e levantamento de contribuições oriundas de diversos segmentos, como
456 comerciantes, academia, moradores, população LGBTQIA+, idosos, crianças e usuários em
457 geral, de modo a orientar a futura elaboração de propostas; convidou os conselheiros a
458 participarem mais ativamente desse processo, inclusive em reuniões presenciais na Secretaria,



459 colocando-se à disposição para o diálogo; comentou ainda sobre a possibilidade de retomada e
460 ampliação do programa Ruas Abertas na cidade, reconhecendo sua importância para o lazer e
461 a convivência urbana, embora ressaltando as limitações e desafios para sua implementação
462 gradual; em relação às preocupações levantadas pela conselheira Angeli quanto à Liberdade,
463 afirmou que o processo participativo buscará contemplar também os moradores locais e que a
464 Prefeitura dispõe de corpo técnico qualificado para equacionar questões como circulação de
465 veículos, acesso de ambulâncias e atendimento a emergências, explicando que tais aspectos
466 são tratados por instrumentos técnicos e normativos adequados, cabendo à sociedade indicar
467 diretrizes e prioridades; destacou que a consulta pública não tem caráter meramente
468 acadêmico, mas visa subsidiar decisões concretas, a partir das demandas sociais, que serão
469 posteriormente traduzidas em soluções técnicas pela administração municipal; por fim,
470 respondeu à indagação da conselheira Viviane sobre a ausência do Secretário Marcos Gadelha
471 nas reuniões, esclarecendo que mantém articulação constante e frequente com o titular da
472 pasta e que sua presença representa a própria Secretaria, em virtude de compromissos de
473 agenda que, por vezes, impedem a participação direta do secretário; reafirmou seu
474 compromisso com o C MPU, manifestando disposição permanente para atender às demandas
475 do colegiado e ressaltando a parceria positiva estabelecida com o Secretário Marcos Gadelha;
476 encerrou agradecendo a todos os presentes ; em seguida, a Sra. Secretária Executiva, Maria
477 Gabriela Camollez Florio, informou haver novo pedido de fala e concedeu a palavra à
478 conselheira Estela de Camargo Dalt, representante do Conselho Participativo Municipal da
479 Macrorregião Centro; a conselheira manifestou-se de forma breve, esclarecendo que entende
480 a sociedade como portadora de capacidade técnica relevante, ressaltando que a democracia
481 participativa se fundamenta justamente na contribuição qualificada de diferentes atores
482 sociais, alguns com formação técnica e outros não, e que tanto a sociedade quanto a
483 Prefeitura detêm conhecimentos técnicos que se complementam no processo decisório;
484 acrescentou que lhe pareceu haver uma imprecisão na fala anterior do presidente,
485 ponderando, contudo, conhecer sua trajetória e acreditar que não houve intenção de
486 desqualificar a contribuição técnica da sociedade, razão pela qual registrou sua colocação para
487 fins de esclarecimento; na sequência, o Presidente Suplente, Sr. José Armenio de Brito Cruz,
488 pediu a palavra para responder, esclarecendo que não considerava ter se expressado de forma
489 inadequada, reiterando que mencionou explicitamente a academia como parte da sociedade e
490 como agente técnico qualificado; afirmou que sua intenção foi destacar que a Secretaria ouviu
491 as demandas da sociedade em sentido amplo, incluindo contribuições técnicas externas, ao
492 mesmo tempo em que valorizou a capacidade técnica dos servidores públicos da Prefeitura,
493 muitos com longa trajetória e elevada qualificação; ressaltou que seu objetivo foi reconhecer e
494 valorizar o corpo técnico municipal, sem desconsiderar ou diminuir as contribuições técnicas
495 provenientes da sociedade civil e da academia, concluindo sua manifestação nesse sentido. Na
496 sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães,
497 representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, que se
498 manifestou a respeito do processo eleitoral do C MPU e da atuação da Comissão Eleitoral. O
499 conselheiro esclareceu inicialmente não colocar em dúvida a imparcialidade nem os critérios
500 técnicos adotados pela Comissão, porém ponderou que tais critérios estariam sendo aplicados



501 de forma excessivamente burocrática. Citou, como exemplo, o indeferimento de inscrição
502 vinculada à FAUSP, sob o argumento de ausência de comprovação de atividades nos dois anos
503 anteriores a 31 de dezembro de 2022, o que, em sua avaliação, configura excesso de rigor,
504 especialmente considerando tratar-se de instituição reconhecida e que mantém contrato
505 vigente com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. O conselheiro mencionou
506 ainda outros casos de indeferimento, incluindo o de entidade ligada à Mitra, ressaltando
507 tratar-se de instituição historicamente consolidada e anterior à própria criação do Município
508 de São Paulo, o que, em sua visão, reforça a necessidade de maior razoabilidade na análise
509 documental. Argumentou que o excesso de burocracia pode dificultar a participação de
510 entidades sérias e tradicionais, ao passo que não necessariamente impede a atuação de
511 interessados de má-fé, defendendo, assim, a adoção de maior bom senso por parte da
512 Comissão Eleitoral. Por fim, registrou seu apelo para que os critérios sejam reavaliados ou
513 aplicados com maior flexibilidade, especialmente no caso de entidades que já possuem
514 representação ativa no CMPU, entendendo que a própria participação continuada no Conselho
515 constitui comprovação objetiva de atuação institucional recente, e concluiu agradecendo a
516 oportunidade de manifestação ; em seguida, foi concedida a palavra à conselheira Stela de
517 Camargo Dalt, representante do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Centro, que
518 apresentou questão de ordem relativa ao segundo item da pauta, referente à apresentação do
519 PIU Arco Leste. A conselheira manifestou preocupação quanto à ausência de informações e de
520 materiais prévios disponibilizados ao CMPU sobre o referido PIU. Relatou que, embora já
521 integrasse o Conselho à época, não houve comunicação ao colegiado, nem nas reuniões de
522 2021 nem nas primeiras reuniões de 2022, acerca da realização de consulta pública anterior do
523 PIU Arco Leste, tampouco do diagnóstico então produzido. Destacou que tal diagnóstico,
524 disponibilizado na plataforma Participe+, consistia em documento extenso, com
525 aproximadamente 78 páginas, contendo contextualização e análises relevantes, muitas das
526 quais seriam fundamentais para a compreensão da apresentação realizada na presente
527 reunião. A conselheira ressaltou que, à época em que o diagnóstico e a consulta pública teriam
528 ocorrido, o CMPU encontrava-se intensamente envolvido nas discussões relativas à revisão
529 intermediária do Plano Diretor Estratégico, bem como em processos eleitorais e indicações
530 para comissões, o que reforça, em sua avaliação, a necessidade de comunicação formal e
531 direta ao Conselho. Enfatizou que a não disponibilização prévia desse histórico e do material
532 técnico compromete a plena qualificação dos conselheiros para participar dos diálogos
533 institucionais previstos no calendário do PIU Arco Leste, especialmente no que se refere à
534 etapa de diálogo com órgãos colegiados, incluindo o próprio CMPU. Por fim, registrou que a
535 ausência desses documentos e informações prejudica o debate qualificado e solicitou que tal
536 lacuna fosse considerada como questão de ordem, para fins de registro e eventual
537 encaminhamento. Em resposta à questão de ordem apresentada, o Presidente Suplente José
538 Armênio de Brito Cruz esclareceu que, caso exista algum documento já produzido, consolidado
539 ou disponível que não tenha sido previamente encaminhado aos conselheiros, não há
540 qualquer impedimento para sua divulgação. Ressaltou que não acompanha cotidianamente os
541 procedimentos administrativos da Secretaria Executiva do CMPU, mas afirmou que não há
542 qualquer intenção de restringir ou ocultar informações, tratando-se de um projeto público e



543 de interesse coletivo. O presidente destacou que, sendo a apresentação uma proposta
544 preliminar, com definição inicial de perímetros de intervenção e diretriz geral, é plenamente
545 possível — e desejável — que todo material técnico existente seja disponibilizado ao
546 colegiado, de modo a assegurar amplo acesso às informações e qualificar o debate. Nesse
547 sentido, solicitou à Secretaria Executiva que, havendo documentos anteriores, diagnósticos ou
548 materiais já produzidos e não divulgados, estes sejam encaminhados aos conselheiros. Na
549 sequência, a Secretária Executiva Maria Gabriela Camollez Florio complementou informando
550 que a questão levantada refere-se a etapas preliminares do processo, e que os
551 esclarecimentos sobre o histórico, as fases anteriores e os materiais produzidos poderiam
552 também ser abordados durante a apresentação técnica a ser realizada pela São Paulo
553 Urbanismo. Diante disso, propôs o prosseguimento da reunião com a introdução do item de
554 pauta pelo presidente, encaminhamento com o qual concordou a conselheira. O Presidente
555 Suplente José Armênio de Brito Cruz iniciou a introdução do segundo item da pauta, referente
556 ao Plano de Intervenção Urbana – PIU Arco Leste, esclarecendo tratar-se de um PIU de origem
557 pública, proposto pelo Poder Público Municipal, conforme previsto no Plano Diretor
558 Estratégico de 2014, no âmbito da Macrozona de Estruturação Metropolitana. Ressaltou que o
559 PIU Arco Leste incide sobre um perímetro específico da Zona Leste, com características
560 próprias e desafios singulares, destacando-se como uma oportunidade estratégica para
561 aprofundar a análise territorial e urbanística dessa região da cidade. Enfatizou que o momento
562 atual não se refere à apresentação de soluções consolidadas, mas sim à realização de
563 diagnóstico e formulação de uma proposta preliminar, que servirá de base para o
564 desenvolvimento posterior do plano, a partir das contribuições técnicas e participativas. O
565 presidente destacou que um dos principais objetivos do PIU Arco Leste é promover o
566 fortalecimento e a consolidação de novas centralidades urbanas, como forma de enfrentar os
567 limites do modelo monocêntrico de cidade. Observou que a estrutura de mobilidade existente
568 — metrô, corredores de ônibus e demais sistemas — frequentemente responde a demandas
569 geradas por esse modelo, o qual impõe longos deslocamentos diários à população,
570 especialmente aos moradores da Zona Leste. Nesse sentido, salientou a importância de se
571 pensar o planejamento urbano de forma integrada, buscando aproximar moradia, trabalho e
572 serviços, de modo a reduzir tempos excessivos de deslocamento e promover melhores
573 condições de vida. Citou como exemplo os desafios cotidianos enfrentados por quem utiliza
574 eixos estruturais como a Radial Leste, a Avenida Alcântara Machado e demais corredores da
575 região. O presidente afirmou que o PIU Arco Leste se insere nesse esforço de planejamento
576 estratégico, dialogando com experiências semelhantes em outros PIUs da cidade, como
577 Jurubatuba e Pinheiros, ainda que com características territoriais e socioeconômicas distintas.
578 Destacou que a elevada concentração populacional da Zona Leste e sua demanda por
579 emprego, infraestrutura e oportunidades justificam a priorização desse território no
580 planejamento urbano municipal. Por fim, esclareceu que a apresentação a seguir contempla
581 perímetros de intervenção e diretrizes iniciais, as quais serão aprimoradas ao longo do
582 processo, a partir das contribuições do CPMU e da sociedade. Reafirmou que o
583 desenvolvimento do PIU Arco Leste está alinhado às diretrizes do Plano Diretor Estratégico
584 vigente e às orientações da gestão municipal, e convidou a equipe técnica da São Paulo



585 Urbanismo, representada pela Sra. Ana Barros, bem como demais técnicos presentes, a dar
586 início à apresentação do conteúdo técnico; em seguida, o Sr. Rodrigo Ribeiro agradeceu ao Sr.
587 José pela introdução, cumprimentou a todos e registrou a oportunidade de apresentação do
588 projeto, destacando tratar-se de iniciativa de grande proporção, que demanda o devido
589 cuidado no planejamento; em sequência, ressaltou que o projeto segue todos os ritos
590 necessários e continuará observando-os em seu devido tempo, mencionando que já houve
591 consulta pública e que há programação para a continuidade dessas etapas; com a palavra,
592 esclareceu que o projeto abrange o extremo leste do município, na Subprefeitura de Itaim
593 Paulista, estendendo-se até a região central, nas proximidades do Setor Central, informando
594 ainda que se trata de projeto recentemente aprovado pelo Prefeito; em continuidade,
595 considerando o horário, afirmou que, sem maiores delongas, passaria a palavra à Sra. Rita,
596 responsável pela apresentação do projeto e por prestar esclarecimentos quanto à
597 manifestação do Sr. Zildo, especialmente no que se refere à oitiva das Subprefeituras,
598 afirmando que estas serão devidamente ouvidas; por fim, agradeceu a todos e em seguida,
599 passou a palavra à Sra. Rita para dar prosseguimento à exposição. **2)** Em seguida, foi
600 apresentado a proposta preliminar do PIU Arco Leste, com perímetros de intervenção e
601 características básicas da proposta, seguido de debates; em seguida a Sra. Rita de Cássia
602 Guimarães Sylvestre Gonçalves, SP-URBANISMO, Suplente, cumprimentou a todos os
603 presentes e iniciou a apresentação do PIU Arco Leste, informando que o projeto teve início em
604 2020 e que os primeiros estudos foram desenvolvidos entre março de 2021 e abril de 2022,
605 quando foi realizada a primeira consulta pública por meio da plataforma Participe Mais,
606 ocasião em que foram divulgados o diagnóstico e o programa de interesse público; em
607 sequência, esclareceu que essa documentação permanece disponível desde então na referida
608 plataforma, com acesso também pelo site Gestão Urbana, na aba de monitoramento do Rio e
609 do Arco Leste, contendo o resumo do diagnóstico socioterritorial, do diagnóstico econômico e
610 uma primeira aproximação das propostas de intervenção; com a palavra, destacou que a
611 apresentação realizada na reunião corresponde ao prosseguimento desse trabalho,
612 informando que será aberta nova consulta pública a partir do dia seguinte, com prazo até 28
613 de agosto, considerando o período de férias, e que haverá ampla agenda de discussões com a
614 população; em continuidade, passou a apresentar a delimitação do perímetro do Arco Leste
615 conforme o Plano Diretor Estratégico, esclarecendo que parte do perímetro originalmente
616 previsto foi absorvida pelo Setor Central em razão das similaridades urbanísticas; em seguida,
617 explicou que o PDE estabeleceu objetivos para o setor da orla ferroviária final, como
618 urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários, produção de HIS e HMP,
619 recuperação dos sistemas ambientais, mitigação de riscos geológicos e geotécnicos,
620 preservação do patrimônio industrial ferroviário e qualificação dos sistemas de transporte
621 coletivo; em sequência, afirmou que o PIU Arco Leste propõe, dentro desses objetivos, o
622 fortalecimento das centralidades, a melhoria das condições de vida da população em situação
623 de vulnerabilidade, a ampliação da conectividade norte-sul para potencializar relações
624 interbairros e a qualificação de corpos d'água e áreas verdes; com a palavra, apresentou o
625 zoneamento vigente no perímetro, destacando a presença de zonas de desenvolvimento
626 econômico e industriais, bem como o eixo de estruturação e transformação do corredor Celso



627 Garcia, observando que, diferentemente de outros subsetores da macroárea de estruturação
628 metropolitana, o contexto normativo do Arco Leste apresenta especificidades, como baixa
629 arrecadação de outorga, descontos para empreendimentos residenciais e ativação prévia do
630 CA4 em zonas e eixos de transformação urbana, inclusive em função da implantação da Linha
631 2-Verde do Metrô; em continuidade, esclareceu que, em razão desses fatores, o financiamento
632 das intervenções deverá ocorrer majoritariamente por meio de fundos públicos, com foco na
633 convergência de políticas públicas, definição de planos de atuação integrada e governança
634 executiva; em seguida, detalhou os principais elementos do diagnóstico, apontando áreas de
635 precariedade urbanística e vulnerabilidade social em Ermelino Matarazzo e São Miguel
636 Paulista, forte presença de ZEIS, dificuldades de mobilidade e conectividade interbairros em
637 razão da ferrovia, corpos d'água e ausência de viário estrutural, bem como a existência de
638 diversos planos viários aprovados e ainda não implantados; em sequência, explicou o conceito
639 de centralidades adotado no estudo, a metodologia de identificação das áreas com maior
640 concentração de usos comerciais e de serviços e a classificação das centralidades consolidadas
641 e emergentes, com destaque para Tatuapé, Penha e São Miguel Paulista; com a palavra,
642 apresentou os critérios utilizados para definição dos perímetros de intervenção, considerando
643 o fortalecimento das centralidades não polarizadas, a concentração de população em situação
644 de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas denominadas “entre orlas”, e a necessidade
645 de conexão do Arco Leste com outras macroáreas, como Arco Tietê, Setor Central e Arco
646 Tamanduateí; em continuidade, informou que os perímetros definidos concentram-se nas
647 regiões do Parque Novo Mundo, Ermelino Matarazzo e Itaim Paulista, extrapolando em alguns
648 pontos o perímetro original do Arco Leste para viabilizar conexões norte-sul, como o corredor
649 da Estrada Dom João Nery, denominado Perimetral Leste; em seguida, relatou que foram
650 levantadas todas as ações previstas nos planos regionais das Subprefeituras, reunidas e
651 encaminhadas às Secretarias e órgãos parceiros, envolvendo diversas pastas municipais, como
652 habitação, saúde, educação, cultura, desenvolvimento econômico, assistência social,
653 mobilidade, transportes, meio ambiente e empresas vinculadas, a fim de consolidar um
654 conjunto inicial de propostas de intervenção; em sequência, esclareceu que essas propostas
655 foram organizadas em três eixos, qualificação do habitat, vulnerabilidade social e mobilidade e
656 logística, ressaltando tratar-se de uma etapa inicial do processo, cujo objetivo é dar
657 conhecimento à população sobre o que está sendo discutido para a região; com a palavra,
658 explicou que o material será disponibilizado na plataforma Participe Mais e em painéis nas
659 Subprefeituras da Mooca, Vila Maria, Vila Guilherme, Penha, Ermelino Matarazzo, São Miguel
660 e Itaim Paulista, contendo texto explicativo, mapas ilustrativos, questionários de priorização de
661 intervenções e pesquisas sobre as condições urbanísticas e de acesso a serviços; em sequência,
662 informou que a consulta também ocorrerá de forma presencial, com formulários impressos,
663 QR Codes e painéis expositivos, além da realização de oficinas nas seis Subprefeituras para
664 detalhamento das propostas e escuta da população, bem como reuniões específicas com
665 associações comerciais locais; por fim, ressaltou que o PIU Arco Leste é um projeto de longo
666 prazo e com características distintas dos demais PIUs, cujo objetivo é articular intervenções
667 integradas e convergentes no território, destacando que a participação da população, dos
668 conselhos participativos, CADES, associações comerciais, CONSEGs e lideranças locais é



669 essencial para o alcance dos objetivos propostos, colocando-se, ao final, à disposição para
670 esclarecimentos; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, SMUL, Sec. Executivo,
671 agradeceu a exposição e informou haver quatro inscritos, passando, em sequência, a palavra
672 ao Sr. Eduardo Della Manna, Setor Empresarial 4, Suplente, que agradeceu à Sra. Gabriela,
673 cumprimentou a todos e registrou agradecimento especial pela apresentação realizada pela
674 Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre Gonçalves, parabenizando-a, bem como à Sra. Ana
675 Barros e ao Sr. Rodrigo Bagnatori, estendendo o reconhecimento a toda a equipe da SP-
676 Urbanismo envolvida no desenvolvimento do PIU Arco Leste; com a palavra, afirmou ter
677 analisado o diagnóstico inicial e o programa de interesse público e destacou que a leitura do
678 território foi correta e adequada, ressaltando a grande extensão da área, com
679 aproximadamente 4.536 hectares, e a identificação das especificidades de cada região, como
680 as diferenças entre Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista, avaliando que tal leitura
681 territorial constitui passo fundamental para a fase propositiva; em continuidade, manifestou
682 concordância com a Sra. Rita ao reconhecer avanço significativo deste PIU em relação aos
683 anteriores, destacando a articulação entre planos e projetos setoriais, especialmente nas áreas
684 de habitação, mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento econômico, entendendo o PIU
685 como instrumento articulador dessas políticas; em sequência, observou que o território possui
686 especificidades distintas de outras áreas onde há maior captura de mais-valia imobiliária, razão
687 pela qual sugeriu a utilização de recursos do FUNDURB com visão territorial integrada,
688 ressaltando que, embora haja arrecadação significativa, a aplicação dos recursos ainda ocorre
689 de forma pulverizada, defendendo que a concentração desses investimentos no território
690 pode promover transformações efetivas; com a palavra, destacou a importância da
691 incorporação das diretrizes dos Planos Regionais Estratégicos e dos perímetros de ação das
692 Subprefeituras, previamente discutidos com a população local; em seguida, sugeriu o avanço
693 do projeto com a incorporação do conceito de corredores ambientais urbanos, defendido há
694 mais de uma década pelo Prof. Renato Anelli, mencionando que tal abordagem poderia ser
695 mais explicitada no PIU, comprometendo-se a compartilhar material ilustrativo no chat; por
696 fim, parabenizou novamente a equipe, colocou o Setor Empresarial à disposição para
697 colaborar no aprimoramento do PIU Arco Leste e ressaltou a relevância estratégica da Zona
698 Leste e da Zona Leste Extrema para a solução dos desafios urbanos da cidade de São Paulo,
699 agradecendo a oportunidade de manifestação ; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez
700 Florio, SMUL, Sec. Executivo, agradeceu a manifestação anterior e informou o próximo inscrito,
701 passando a palavra ao Sr. Daniel Todtmann Montandon, UNINOVE/FAU-MACK, Titular, que
702 cumprimentou a todos e parabenizou a Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre Gonçalves e a
703 equipe pelo trabalho desenvolvido; em sequência, relatou que acessou a consulta pública para
704 melhor compreensão do conteúdo, uma vez que o material previamente encaminhado se
705 limitava à apresentação em PowerPoint, o que não permitia identificar integralmente alguns
706 aspectos do projeto; com a palavra, contextualizou sua manifestação a partir de sua atuação
707 em trabalho junto à agência de cooperação alemã e ao Ministério das Cidades, voltado à
708 formulação do conceito de desenvolvimento urbano integrado, o qual poderá resultar em
709 ajustes no Programa Pró-Cidades e eventual abertura de linhas de financiamento; em
710 continuidade, avaliou que o território abrangido pelo PIU Arco Leste é extenso, difuso e



711 heterogêneo, apresentando múltiplas problemáticas e carências que demandam intervenções
712 diversas, mas apontou não identificar, até o momento, um elemento estruturador único capaz
713 de conferir unidade territorial ao conjunto das intervenções; em sequência, considerou correta
714 a diretriz de não se apoiar na expectativa de captura de mais-valia imobiliária para o
715 autofinanciamento do projeto, mencionando como referência negativa a experiência da
716 Operação Urbana Rio Verde-Jacu, destacando a importância de aprender com tal erro; com a
717 palavra, ressaltou que o PIU deve cumprir o papel de articulador de intervenções setoriais no
718 território, integrando ações de mobilidade, vulnerabilidade social, emprego, habitação, meio
719 ambiente e desenvolvimento econômico, observando que, apesar de avanços no diagnóstico
720 setorial, ainda não se visualiza claramente a articulação integrada dessas ações em perímetros
721 de intervenção definidos; em continuidade, sugeriu a necessidade de avançar na definição de
722 perímetros de intervenção integrada, em diferentes escalas, como forma de estabelecer
723 prioridades, qualificar o debate público e possibilitar melhor compreensão por parte da
724 população, permitindo visualizar soluções articuladas e mais concretas; em seguida, destacou
725 que o projeto pode atuar como articulador não apenas de recursos do FUNDURB, mas também
726 de fundos de saneamento e de recursos federais e estaduais, conferindo maior potência à
727 proposta, defendendo ainda a necessidade de um novo desenho de governança capaz de
728 articular instâncias de participação e controle social, como o CPMU, o Conselho do FUNDURB,
729 conselhos gestores de ZEIS e de bacias hidrográficas, entre outros; em sequência, colocou a
730 universidade, em especial a UNINOVE, à disposição para contribuir com o projeto, apontando a
731 necessidade de a SMUL adotar posturas mais criativas para ampliar a participação acadêmica,
732 para além das consultas públicas, audiências ou representações em órgãos colegiados,
733 mencionando experiências anteriores de ateliês, ensaios urbanos e residências acadêmicas;
734 por fim, formulou questionamento à Sra. Rita no sentido de sugerir a adoção de avaliação
735 ambiental estratégica no âmbito do PIU Arco Leste; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez
736 Florio, SMUL, Sec. Executivo, agradeceu a manifestação do Sr. Daniel Todtmann Montandon e
737 informou que a próxima inscrita seria a Sra. Estela; em seguida, a Sra. Stela de Camargo Dalt,
738 Conselho Participativo Municipal Macrorregião Centro, Titular, agradeceu à Sra. Gabriela e
739 iniciou sua manifestação destacando que as falas do Sr. Eduardo Della Manna e do Sr. Daniel
740 Todtmann Montandon reforçam a ausência por ela apontada em questão de ordem,
741 observando que, embora a equipe da Gestão Urbana tenha familiaridade com os documentos
742 e seus locais de acesso, o Conselho Municipal de Política Urbana é composto também por
743 representantes que não atuam tecnicamente na área, incluindo membros de conselhos
744 participativos; em sequência, ressaltou que, apesar de não ter tido dificuldade pessoal em
745 localizar o diagnóstico, considera crucial que todas as informações estejam reunidas de forma
746 mais acessível e centralizada, sugerindo que, no mesmo local onde foi disponibilizada a
747 apresentação, sejam incluídos o diagnóstico da fase um, bem como a compilação e a
748 devolutiva da primeira consulta pública realizada em 2022, a fim de facilitar o acesso, ampliar
749 o debate e alcançar maior número de participantes; com a palavra, solicitou que a Secretaria
750 Executiva providencie o envio desses materiais aos conselheiros, reforçando que tal medida
751 contribuirá para uma participação mais efetiva; em continuidade, questionou sobre os
752 documentos encaminhados às Secretarias e Subprefeituras, contendo os Planos Regionais e



753 demais projetos incorporados ao PIU Arco Leste, afirmando que esses materiais constituem a
754 essência do projeto e são fundamentais para a compreensão das propostas, especialmente
755 diante das dificuldades de leitura e entendimento das imagens apresentadas em escala
756 reduzida durante a exposição; em sequência, manifestou que, não sendo moradora da Zona
757 Leste, teve dificuldade adicional para compreender o território apenas a partir das imagens
758 exibidas, indagando qual seria o objetivo do diálogo estabelecido na reunião sem a
759 disponibilização prévia de informações mais completas; com a palavra, apontou
760 especificamente dúvidas sobre a apresentação, questionando o significado da expressão
761 “definição de governança executiva para coordenação de ações no território” constante dos
762 objetivos do PIU Arco Leste, bem como observando que, em determinado slide, os elementos
763 representados como barreiras pareciam tratar de forma homogênea linhas férreas e córregos,
764 o que lhe causou confusão; em continuidade, referiu-se aos slides que tratam das propostas
765 organizadas nos eixos de qualificação do habitat, desenvolvimento econômico, vulnerabilidade
766 social e mobilidade e logística, questionando se, na consulta pública a ser aberta, estarão
767 disponíveis informações detalhadas sobre as obras, ações e programas em andamento e
768 planejados pelas Secretarias e órgãos parceiros, de modo a permitir participação qualificada;
769 em sequência, ressaltou a importância do cumprimento dos ritos participativos não apenas
770 como formalidade, mas como processo efetivo de diálogo, destacando que o material
771 apresentado ao CMPU é bastante abreviado em relação ao histórico de discussões do PIU e
772 manifestando preocupação quanto à possibilidade de haver poucas oportunidades de debate
773 no âmbito do Conselho ao longo das fases do projeto; com a palavra, questionou como se dará
774 a participação social ao longo do processo, especialmente considerando a ausência de maior
775 detalhamento na apresentação sobre esse tema, e indagou sobre o envolvimento dos
776 Conselhos Gestores de ZEIS, lembrando o disposto no Plano Diretor Estratégico quanto à
777 participação da população moradora em áreas de sobreposição entre perímetros de PIU e
778 ZEIS, seja por meio de instrumentos de participação social definidos ou por meio dos
779 respectivos conselhos gestores; por fim, esclareceu que suas colocações têm caráter
780 propositivo, no sentido de aprimorar a transparência e o acesso às informações, afirmando
781 não se tratar de ocultação de dados, mas de oportunidade de melhoria do processo
782 participativo, agradecendo ao final; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, SMUL,
783 Sec. Executivo, agradeceu a manifestação da Sra. Stela e informou que o próximo inscrito seria
784 o Sr. Fábio; em seguida, o Sr. Fábio, CPM/Sé, agradeceu e manifestou concordância com as
785 colocações anteriormente apresentadas, especialmente no que se refere à participação dos
786 Conselhos Gestores, relacionando-as também às observações feitas pelo Sr. Daniel Todtmann
787 Montandon; em sequência, afirmou que causa surpresa, após a experiência acumulada com
788 diversos PIUs, bem como críticas, judicializações e outras providências adotadas pela
789 sociedade civil, a recorrente confusão entre participação social e gestão democrática,
790 entendida como controle social, ressaltando que esta tem sido uma das principais pautas de
791 atuação enquanto conselheiro participativo ao longo de mais de três anos; com a palavra,
792 destacou que a cidade possui hoje dezenas de PIUs em diferentes estágios de elaboração e
793 implementação, muitos dos quais enfrentaram etapas equivocadas que resultaram em
794 judicializações, majoritariamente relacionadas à fragilidade dos processos de participação



795 social; em continuidade, afirmou ser necessário diferenciar claramente as etapas de
796 participação social, como consultas públicas, audiências públicas, atuação de órgãos
797 colegiados e reuniões territoriais, da gestão democrática e do controle social, defendendo que,
798 já nesta fase, deveria estar prevista a constituição de um conselho gestor específico do PIU
799 Arco Leste, contemplando inclusive os demais conselhos gestores existentes no território; em
800 sequência, ressaltou que, uma vez formulado e implementado o PIU, deve haver continuidade
801 do controle social, permitindo à população acompanhar, avaliar e mensurar a implementação
802 das ações previstas, em consonância com práticas básicas de planejamento estratégico, que
803 envolvem diagnóstico, tomada de decisão, definição de metas, monitoramento e avaliação
804 periódica; com a palavra, afirmou que a atuação técnica do poder público deve ser
805 complementada pela colaboração da população, da academia e da sociedade civil organizada,
806 destacando que, apesar da qualidade da apresentação, não identificou previsão clara desses
807 mecanismos de acompanhamento e controle; em continuidade, abordou a dimensão
808 comunicacional das consultas públicas, observando que estas tendem a privilegiar dados
809 quantitativos, em detrimento de informações qualitativas, como a percepção do munícipe
810 sobre segurança, conforto, qualidade dos percursos urbanos e relação cotidiana com a cidade,
811 defendendo que tais dados qualitativos são fundamentais para a efetiva promoção da
812 qualidade de vida; em sequência, colocou-se à disposição para colaborar tecnicamente na
813 construção de metodologias que incorporem esses aspectos qualitativos nas próximas etapas
814 do projeto; com a palavra, reforçou a necessidade de previsão formal de acompanhamento
815 por meio de conselho gestor durante a fase de elaboração, caracterizada pela participação
816 social, e posteriormente durante a fase de controle social, com definição de mecanismos de
817 mensuração, metas e horizontes temporais de curto, médio e longo prazos; por fim,
818 considerando a grande extensão territorial do PIU Arco Leste, questionou se já há previsão
819 quanto à utilização de diferentes instrumentos urbanísticos no âmbito do projeto, como
820 operações urbanas, concessões urbanísticas, reordenamento urbanístico integrado ou áreas
821 de intervenção urbana, indagando quais instrumentos estão previstos, uma vez que tal
822 informação não ficou clara na apresentação; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez Florio,
823 SMUL, Sec. Executivo, agradeceu a manifestação do Sr. Fábio e informou que o próximo
824 inscrito seria o Sr. José André; em seguida, o Sr. José André de Araujo, COHAB 1, Titular,
825 cumprimentou a todos e manifestou preocupação com o formato das apresentações,
826 afirmando que, muitas vezes, estas se restringem a um excesso de números, defendendo que
827 os debates poderiam ser mais bem aprofundados por meio da constituição de grupos de
828 trabalho e comissões, de modo a qualificar a análise e oxigenar a discussão; em sequência,
829 ponderou que, por vezes, os encaminhamentos assumem caráter meramente formal, em
830 razão do cumprimento de exigências procedimentais junto aos Conselhos, o que resulta em
831 apresentações superficiais, com informações dispersas em diversos processos administrativos
832 e sistemas, exigindo esforço excessivo para localização e compreensão dos dados; com a
833 palavra, demonstrou preocupação quanto à gestão e à capacidade de implementação dos
834 recursos do FUNDURB, citando como exemplo as dificuldades recorrentes relacionadas à
835 implantação de corredores de ônibus e às constantes alterações nos investimentos previstos
836 para determinados perímetros; em continuidade, destacou especial apreensão com a questão



837 da drenagem, mencionando problemas históricos de enchentes em regiões como Jardim
838 Helena e adjacências, defendendo maior atenção às áreas verdes, parques lineares e soluções
839 estruturais de drenagem; em sequência, ressaltou a importância da realização de audiências
840 públicas nos territórios, com linguagem acessível, de modo a possibilitar a efetiva participação
841 da população local, lideranças comunitárias e associações, garantindo compreensão e diálogo
842 qualificado; com a palavra, questionou o enfoque dado à escuta das associações empresariais,
843 ponderando sobre a necessidade de também ouvir os trabalhadores, ressaltando a relevância
844 do desenvolvimento social e econômico de forma integrada; em continuidade, voltou a
845 destacar a preocupação com a mobilidade urbana, mencionando a saturação de vias
846 estruturais como a Avenida Marechal Tito e outros eixos que conectam São Miguel Paulista à
847 Penha, bem como os impactos do fluxo metropolitano proveniente de municípios vizinhos,
848 como Itaquaquecetuba e Poá; em sequência, chamou atenção para a necessidade de
849 articulação com o planejamento metropolitano e com outros municípios, citando como
850 exemplo os problemas de trânsito e enchentes na região do Parque Novo Mundo, que
851 envolvem também o Município de Guarulhos; por fim, afirmou esperar que suas considerações
852 contribuam para o aprimoramento do projeto e para o adequado encaminhamento das
853 questões levantadas; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, SMUL, Sec. Executivo,
854 agradeceu a manifestação do Sr. José André e informou que a próxima inscrita seria a Sra. Ana
855 Paula; em seguida, a Sra. Ana Paula Lima, Conselho Participativo Municipal Macrorregião
856 Oeste, Titular, cumprimentou a todos, agradeceu à Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre
857 Gonçalves pela apresentação e solicitou, se possível, a visualização dos rostos dos
858 participantes, justificando que não frequenta regularmente o CMPU e não conhece todos os
859 presentes; em sequência, dirigiu-se novamente à Sra. Rita e passou a apresentar suas
860 considerações, observando a relação entre o PIU Arco Leste e o Plano de Metas,
861 especialmente no que se refere às metas de mobilidade urbana, mencionando as metas 45, 46
862 e 47, destacando que estas concentram ações nas Subprefeituras da Penha e do Itaim Paulista,
863 deixando as regiões de Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista, que compõem o chamado
864 miolo do território, sem metas específicas de mobilidade, apesar de a mobilidade ter sido uma
865 das principais contribuições apontadas nas audiências públicas; em continuidade, questionou
866 como se dará o alinhamento entre o PIU e o Plano de Metas, considerando que a outorga
867 onerosa não será o principal mecanismo de arrecadação do projeto; com a palavra, manifestou
868 dúvidas quanto à materialidade e à efetivação dos Planos de Ação das Subprefeituras,
869 ressaltando que, enquanto conselheira da Subprefeitura da Lapa, não tem clareza sobre o
870 estágio de implementação dessas ações, nem sobre o rebatimento entre Plano de Ação e
871 Plano de Metas, destacando que a ausência dessa compatibilização pode inviabilizar o aporte
872 de recursos, especialmente diante do encerramento do ciclo quadrienal de vigência das ações;
873 em sequência, expressou preocupação quanto à baixa expectativa de participação do mercado
874 imobiliário no território do PIU Arco Leste, ressaltando que a ampliação dos eixos promovida
875 pelo Plano Diretor Estratégico pode dificultar ainda mais a atração de investimentos
876 imobiliários para essas áreas, uma vez que o mercado tende a priorizar regiões com retorno
877 mais rápido; por fim, destacou a importância de garantir a produção de habitação de interesse
878 social de melhor qualidade e o fortalecimento do comércio local como estratégia para geração



879 de emprego, encerrando sua manifestação com essas indagações; em seguida, a Sra. Maria
880 Gabriela Camollez Florio, SMUL, Sec. Executivo, agradeceu a manifestação da Sra. Ana Paula e
881 informou que a próxima inscrita e última da rodada seria a Sra. Elodia; em seguida, a Sra.
882 Elodia Fátima Filippini, Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1, Titular,
883 cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de fala, afirmando conhecer
884 profundamente a Zona Leste, onde reside desde a década de 1950, destacando que os
885 problemas de mobilidade sempre foram graves e se agravaram com o adensamento urbano,
886 ressaltando as longas distâncias e tempos excessivos de deslocamento diário, especialmente
887 para trabalhadores que precisam se deslocar da região até áreas como Barueri,
888 comprometendo significativamente a qualidade de vida; em sequência, mencionou que a
889 segurança pública também se deteriorou com o crescimento urbano, reforçando o caráter
890 periférico e historicamente excluído do território; com a palavra, questionou se a SMUL
891 efetivamente escuta as demandas apresentadas pelos conselheiros participativos ou se apenas
892 as ouve formalmente, manifestando preocupação quanto à efetiva incorporação das
893 contribuições da população nas decisões do poder público; em continuidade, citou exemplos
894 concretos do território, como a ausência de recapeamento adequado em vias estruturais por
895 onde circulam transporte coletivo e ambulâncias na região de Sapopemba, apontando que
896 soluções paliativas não atendem às necessidades reais da população; em sequência,
897 reconheceu a qualidade técnica dos planos apresentados, mas ponderou sobre a dificuldade
898 de adequá-los às demandas concretas do território; com a palavra, voltou a enfatizar a
899 deficiência na comunicação e na divulgação das políticas urbanas, relatando que, em conversas
900 com moradores, constatou o desconhecimento generalizado sobre a consulta pública e até
901 mesmo sobre o Plano Diretor Estratégico, o que inviabiliza a participação social efetiva; em
902 continuidade, destacou que, se profissionais da área técnica enfrentam dificuldades para
903 compreender o material apresentado, maior ainda é o obstáculo para a população em geral,
904 que necessita de linguagem mais acessível; por fim, reiterou a necessidade de aprimoramento
905 da comunicação e da escuta ativa por parte do poder público, de modo a garantir que a
906 população compreenda os impactos futuros das políticas urbanas e possa participar de forma
907 qualificada do processo, agradecendo ao final; em seguida, a Sra. Maria Gabriela Camollez
908 Florio, SMUL, Sec. Executivo, agradeceu a manifestação da Sra. Elodia, informou que as
909 inscrições para fala se encerraram na primeira rodada e solicitou que a Sra. Rita fizesse uma
910 manifestação geral em resposta às questões apresentadas; em seguida, a Sra. Rita de Cássia
911 Guimarães Sylvestre Gonçalves, SP-Urbanismo, Suplente, iniciou sua manifestação
912 agradecendo a todas as pessoas que se pronunciaram, ressaltando a importância das
913 contribuições para o aprimoramento do trabalho técnico; esclareceu que o primeiro desafio da
914 equipe foi compreender o perímetro definido pelo PDE como Arco Leste, observando que tal
915 delimitação reforçava a conexão centro–zona leste, mas não respondia adequadamente às
916 necessidades de conectividade interbairros, questão já identificada em estudos anteriores,
917 como os desenvolvidos no âmbito do Rio Verde–Jacu, com os quais afirmou ter envolvimento
918 desde 2010; destacou que o projeto buscou incorporar essa leitura territorial ampliada,
919 incluindo a participação da SVMA, especialmente no eixo de qualificação do habitat, com a
920 proposição de corredores ecológicos e verdes, compondo um sistema integrado de camadas —



921 mobilidade, transporte público, sistemas ambientais, fauna e circulação urbana — articuladas
922 entre si; salientou que o caráter inovador do trabalho reside na atuação integrada entre
923 diferentes áreas técnicas da Prefeitura, iniciada no âmbito intersecretarial e posteriormente
924 levada às instâncias superiores da administração, por se tratar de um projeto que exige
925 convergência política, institucional e orçamentária; esclareceu que a expressão “governança
926 executiva”, ainda que possa não ser a mais adequada, refere-se justamente à necessidade de
927 articular ações, cronogramas e recursos de múltiplas secretarias e subprefeituras, superando a
928 lógica fragmentada de planejamento e execução; em resposta às indagações sobre
929 instrumentos urbanísticos, informou que o projeto não prevê alteração de regulação
930 urbanística ou zoneamento, aproximando-se mais do instrumento de Área de Estruturação
931 Local, previsto no PDE, ainda pouco experimentado, por tratar simultaneamente de
932 vulnerabilidade social, ambiental e convergência de políticas públicas; esclareceu que se trata
933 de um plano de intervenção físico-territorial, mais próximo da escala do projeto urbano do que
934 de um plano de longo prazo tradicional, podendo se desdobrar em uma sucessão de projetos
935 integrados; comentou sobre a Avaliação Ambiental Estratégica, defendendo-a como
936 instrumento adequado ao planejamento urbano sustentável, embora ainda não
937 regulamentado, ponderando que, neste caso específico, o projeto articula ações já existentes
938 nas secretarias, podendo demandar licenciamentos pontuais conforme a natureza de cada
939 intervenção; enfatizou que o plano ainda não está fechado, sendo construído ao longo do
940 processo participativo, e que a apresentação realizada teve como objetivo sinalizar a abertura
941 desse processo, e não expor a totalidade das propostas; relatou as dificuldades encontradas
942 nas vistorias de campo, diante da precariedade urbana, das barreiras à mobilidade, de áreas
943 sujeitas a alagamentos, moradia precária em APPs e situações de violência, ressaltando a
944 necessidade de uma abordagem cuidadosa e sensível junto à população local; destacou que a
945 mobilidade é eixo central do projeto, citando como exemplo as propostas de transposição
946 ferroviária e melhorias viárias para ampliar o acesso ao transporte público; reforçou a
947 importância das oficinas territoriais e da diversificação dos instrumentos de participação,
948 reconhecendo as limitações de leitura cartográfica por parte da população e propondo
949 estratégias mais acessíveis, como painéis nas subprefeituras, pesquisas simplificadas e o envio
950 de registros fotográficos de aspectos positivos e negativos do território; informou que o
951 projeto se orienta por uma sucessão de Áreas de Estruturação Local integradas, reunindo
952 propostas das diversas secretarias, ainda em fase de consolidação, e que ouvirá moradores,
953 associações comerciais locais e demais atores do território; ressaltou que o objetivo central é
954 melhorar a funcionalidade do território, a vida cotidiana da população, a circulação de pessoas
955 e mercadorias, o fortalecimento dos negócios locais e a integração com municípios vizinhos,
956 como Guarulhos e Itaquaquetuba; esclareceu que o projeto abrange apenas a faixa norte da
957 Zona Leste, não incluindo, neste momento, distritos como Itaquera, São Mateus e Guaianases;
958 por fim, reiterou que a apresentação teve caráter informativo e convocatório, convidando os
959 conselheiros a atuarem como multiplicadores, reafirmando a abertura ao diálogo com a
960 sociedade civil, universidades e demais instituições, e manifestando confiança de que o
961 projeto, embora longo, poderá gerar resultados positivos; em seguida, a Sra. Maria Gabriela
962 Camollez Florio, SMUL, Sec. Executivo, agradeceu a todos e informou a existência de inscrições



963 remanescentes, passando a palavra ao próximo inscrito. Em continuidade aos trabalhos, o Sr.
964 Eduardo Della Manna (ACSP/ASBEA-SP) manifestou-se agradecendo a condução da reunião e a
965 exposição realizada, destacando perceber um notável amadurecimento na concepção e no
966 desenvolvimento dos Planos de Intervenção Urbana, avaliando o Piu Arco Leste como um “PIU
967 de segunda geração”, em razão da evolução metodológica e conceitual apresentada; sugeriu a
968 adoção do termo “empreendedores” para se referir aos agentes econômicos da Zona Leste,
969 ressaltando a relevância social e econômica desses atores, em sua maioria pequenos e médios,
970 para o desenvolvimento local; acrescentou ainda referência aos estudos do Prof. Vicente Del
971 Rio, enfatizando que, ao final do processo, o elemento central a ser considerado deve ser
972 aquilo que a comunidade efetivamente deseja e necessita, parabenizando a equipe pelo
973 trabalho apresentado. Na sequência, a Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut (ACSP)
974 cumprimentou a equipe pela apresentação e pelo esforço técnico envolvido, destacando a
975 complexidade e a extensão territorial do projeto, que demanda fôlego institucional e atuação
976 continuada; ressaltou como ponto crucial para o êxito do Piu Arco Leste a articulação
977 intermunicipal e interbairros, defendendo que o enfrentamento de problemas históricos da
978 Zona Leste, especialmente em mobilidade e desenvolvimento econômico, passa
979 necessariamente por uma programação integrada com os municípios vizinhos; colocou a
980 Associação Comercial à disposição para colaborar no processo participativo, propondo,
981 inclusive, a realização de reuniões com lideranças distritais, empreendedores locais e
982 população da região, em linguagem acessível, sugerindo como possibilidade o período das
983 primeiras semanas de agosto. Encerradas as inscrições para manifestação, a Sra. Maria
984 Gabriela Camollez Florio, Secretária Executiva da SMUL, informou não haver novas solicitações
985 de fala, esclarecendo que eventual inscrição remanescente referia-se à rodada anterior; em
986 seguida, devolveu a palavra à Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre Gonçalves, para
987 considerações finais, caso entendesse necessário, dando prosseguimento à condução dos
988 trabalhos; em seguida, a Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre Gonçalves agradeceu a
989 atenção e as contribuições de todos, ressaltando a importância de compartilhar um trabalho
990 desafiador e relevante com os diferentes atores envolvidos; em sequência, destacou a
991 intenção de estreitar o diálogo com o Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU,
992 reconhecendo-o como interlocutor representativo dos projetos em desenvolvimento,
993 colocando-se, assim como a equipe técnica, à disposição para participar de reuniões futuras,
994 inclusive em grupos menores, sempre que convidada; com a palavra, reforçou a necessidade
995 de ampla divulgação da consulta pública, informando que estão sendo distribuídos cartazes
996 em terminais de ônibus com grande fluxo da Zona Leste, como Parque Dom Pedro, Aricanduva,
997 São Miguel e A.E. Carvalho, mencionando ainda a tentativa de divulgação em unidades
998 educacionais, especialmente EMEIs, por serem espaços de contato direto com as famílias; em
999 seguida, encerrou agradecendo novamente o espaço concedido e desejando continuidade ao
1000 diálogo; na sequência, a Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, Secretária Executiva da SMUL,
1001 agradeceu a participação da expositora e dos conselheiros e devolveu a palavra à Presidência
1002 para o prosseguimento e encerramento da reunião. **3)** Em seguida, não havendo mais assuntos
1003 a serem tratados, o Presidente Suplente fez suas considerações finais, agradeceu à Sra. Maria
1004 Gabriela Camollez Florio e à Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre Gonçalves pela



1005 apresentação, ressaltando a qualidade do trabalho desenvolvido pela São Paulo Urbanismo a
1006 partir da coordenação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, que
1007 identificou o potencial do Arco Leste e promoveu a contratação para seu desenvolvimento; em
1008 sequência, destacou que ficou evidenciado, tanto na exposição da Sra. Rita quanto nas
1009 manifestações dos conselheiros Daniel Todtmann Montandon, Beatriz Messeder Sanches
1010 Jalbut, Fabio Jorge Benini Cabral, Ana Paula Lima, entre outros, que o Arco Leste não pode ser
1011 pautado exclusivamente pela lógica da outorga onerosa e de seu financiamento, uma vez que
1012 há fragilidades na captação da mais-valia, considerando a ausência de interesse imobiliário
1013 consolidado na região; com a palavra, afirmou que o planejamento urbano deve ser
1014 compreendido para além do desenvolvimento imobiliário, tratando-se de desenvolvimento
1015 urbano, o que pressupõe a integração das políticas setoriais, sendo esse o principal desafio do
1016 Arco Leste; em seguida, esclareceu que não se trata de uma operação urbana ou de um
1017 Projeto de Intervenção Urbana – PIU voltado apenas à arrecadação de outorga, mas sim da
1018 necessária articulação das políticas públicas de habitação, educação, desenvolvimento social e
1019 desenvolvimento econômico, todas pautadas no território; em sequência, ressaltou o caráter
1020 integrador e totalizante do planejamento urbano, que deve articular investimentos no plano
1021 de metas, no orçamento e na atuação das subprefeituras; com a palavra, observou que o
1022 território do Arco Leste apresenta histórico de sucessivos investimentos públicos
1023 desarticulados nas áreas de mobilidade, habitação e equipamentos públicos, refletindo ações
1024 de diferentes gestões sem integração entre si; em seguida, destacou que o desafio atual
1025 consiste justamente na integração desses investimentos públicos no território; na sequência,
1026 agradeceu as contribuições, os apontamentos e as correções realizadas, ressaltando que o
1027 processo está em constante aprimoramento; com a palavra, informou não haver mais inscritos
1028 para manifestação, considerando o tempo prolongado da reunião, e agradeceu a presença e a
1029 colaboração de todos, em especial da Sra. Rita de Cássia Guimarães Sylvestre Gonçalves,
1030 destacando a qualidade técnica da equipe da Prefeitura; em sequência, reconheceu que o
1031 processo pode conter falhas, mas reforçou a importância das contribuições para o
1032 aperfeiçoamento contínuo, encerrando sua fala com agradecimentos à Sra. Maria Gabriela
1033 Camollez Florio, à Sra. Patrícia Saran e aos demais participantes, desejando uma boa tarde e
1034 boa noite a todos; a reunião foi encerrada às 17h47min.

1035

PRESIDÊNCIA

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ**PRESIDENTE SUPLENTE****APOIO**



PRESIDÊNCIA

MARIA JOSÉ GULLO
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

MARIA GABRIELA CAMOLLEZ FLORIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

RAFAEL BARRETO CASTELO DA CRUZ
SUPLENTE



SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

CRISTIANE FIGUEIREDO AFFONSO MARQUES

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

HE NEM KIM SEO

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES

SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES

TITULAR



SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

ARMANDO LUIS PALMIERI

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ

MARIA LUCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

SECRETARIA DE FINANÇAS – SF

RICARDO AKIYOSHI SAKAMOTO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA

SUPLENTE



SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

LEONARDO GAZILLO SILVA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO – SMT

ANA LÚCIA DE LIMA FIOROTTI

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDET

ARMANDO DE ALMEIDA PINTO JUNIOR

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

ROGER WILLIANS DA FONSECA

TITULAR



SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL

SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO

MATHEUS HECTOR GARCIA

TITULAR

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR – COHAB

KEILA CRISTINA MARINS CARDOSO

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO

TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILIPPINI

TITULAR



MACRORREGIÃO LESTE 1

ALESSANDRA DE OLIVEIRA LINHARES

SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

ROSANGELA DE OLIVEIRA SILVENTE

SUPLENTE



MACRORREGIÃO SUL 2

ANGELI FRANCO NOBRE

TITULAR

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

ANA PAULA LIMA

TITULAR

MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO (INÁCIO MONTEIRO)

TITULAR



ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 1

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO 1

VIVIANE MANZIONE RUBIO (MACK)

TITULAR



ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO 2

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE - CMTT

MAURO SÉRGIO CALLIARI

TITULAR

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

MARIANA OHIRA HASHIMOTO

SUPLENTE